

8. Pressões de ocupação regional

As pressões de ocupação da Serra do Guararu são contínuas e ocorrem, tanto por interesses imobiliários, quanto por interesses de expansão da cidade, como ocupação pelas pessoas de baixa renda que não conseguem resolver seus problemas de moradia.

Um grande vetor de pressão é a comunidade que se encontra vizinha à área tombada, na Praia do Perequê, e que nos últimos anos avançou de maneira expressiva, gerando gravíssimos problemas de saneamento básico, de segurança pública e de agressões à fauna e flora, pela ocupação indiscriminada.

Não se pode perder de vista que a expansão da cidade do Guarujá em direção a Serra do Guararu é um fato notório e que o eventual prolongamento da Avenida Dom Pedro I criará uma facilidade de acesso muito expressiva, podendo trazer, de um lado, os benefícios da circulação de veículos, mas de outro, potenciais malefícios, como, por exemplo, um aumento de circulação de pessoas, com ações agressivas ao meio ambiente, sem o suporte necessário para coibir tais práticas.

Além da pressão de ocupação das comunidades da Praia do Perequê, é notória, também, a produção de impactos ao meio ambiente pela deposição de lixo ao longo da estrada, fato que retrata certa incapacidade do Poder Público de atender adequadamente essa demanda. Isso é um vetor da sensação de impunidade para procedimentos mais graves, como os de ocupação ilegal.

Nas diligências de campo foi possível verificar que não há uma clara rotina de intervenção da fiscalização das diferentes esferas administrativas, para reprimir com eficácia tais ações. As administrações dos empreendimentos imobiliários da vertente atlântica da Serra do Guararu, via de regra, são as responsáveis pela comunicação aos órgãos oficiais, quando de aparente irregularidade na ocupação do solo ao longo da Rodovia que margeia a Serra do Guararu.

Também não se verificou nenhuma ação efetiva de educação ambiental, envolvendo essas comunidades e o Poder Público, o que escuda os eventuais invasores, sob a alegação de desconhecimento de seus atos.

8.1 Diagnóstico atual de ocupação

Atualmente, a Serra do Guararu apresenta a seguinte situação de ocupação:

8.1.1 Vertente do Canal de Bertioga

8.1.1.1 Análise do acervo fotográfico

Conforme pode se constatar no acervo fotográfico inserido abaixo, a situação atual de ocupação da Serra do Guararu e seu entorno se mostra bastante preocupante, no aspecto ambiental, a partir da Praia do Perequê, particularmente na região mais próxima à área tombada, onde a presença de construções consolidadas, com valas de drenagem recebendo esgoto a céu aberto e existência de resíduos sólidos em grande quantidade, que afetam direta e indiretamente o entorno da área protegida.

Também se demonstrou que essa comunidade regional não está com situação estacionária no que concerne à ocupação, pelo contrário, a circulação de pessoas e veículos e os resíduos de material de construção são retratados em todos esses lugares e os comércios de venda de material para edificação demonstram estar em franca expansão.

Essas comunidades, a continuarem a se expandir na velocidade demonstrada, atingirão rapidamente um ponto de exaustão dos espaços ainda livres, tendo como opção seguinte a probabilidade de se voltarem diretamente para a Serra do Guararu, nas áreas tombadas planas, ou mesmo de encostas.

Tal assertiva pode ser verificada em algumas residências ao longo da Rodovia, próximas à Praia do Perequê, onde as casas existentes, mesmo as consolidadas, via de regra, apresentam materiais de construção depositados praticamente no acostamento da pista, a serem utilizados em expansão, nova construção, ou para reforma da existente.

Demonstrou-se que existem ocupações residenciais ao longo da Rodovia em situação muito precária, e assentadas em local com inclinação, que, além de afetarem a paisagem, podem trazer grave risco de defesa civil, com reflexos à integridade das pessoas que ocupam esses locais.

De outro lado, se verifica que nas moradias em tais situações não há qualquer preocupação com a estética regional, e pode se verificar que varais com roupas, colchões e outros objetos são colocados praticamente junto ao acostamento da Rodovia Guarujá-Bertioga. Isso é fator de risco para os moradores que circulam nesses locais, e também dos usuários da estrada, uma vez que não se resguarda o limite de segurança, para a circulação dos veículos naquelas condições.

Quando da implantação da Estrada-Parque, um dos marcos mais significativos dessa delimitação eram os portais, a partir do Km 8 da Rodovia e na Travessia de Balsas. Nas fotos da implantação da Estrada, podia se verificar o Portal, com banner na sua lateral indicativa do projeto de conservação feito em parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica. Entretanto, se

constata, nesse momento, a existência de muito lixo no entorno do portal, que se encontra com pouca manutenção.

No início do presente trabalho, não se constatou qualquer indicativo que ali se iniciava uma Estrada-Parque. Também se verificou que com a ausência do banner e suas informações, a armação de suporte do mesmo deu espaço ao cartaz comercial de conserto e instalação de calhas residenciais.

Na última diligência, ocorrida no início de novembro, já haviam sido instaladas novas placas.

Já no interior da Estrada-Parque configura-se degradação da vegetação nativa com o corte de árvores do bioma Mata Atlântica, aparentemente em estágio médio de regeneração, ocorrendo tal fato em área de grande visualização, na altura do Km 9 da pista.

Ainda na Estrada-Parque, nas proximidades do Km 10, há comércio de plantas ornamentais, retirada de terra nos barrancos fronteiros à Rodovia, sem qualquer reprimenda, e as plantas com probabilidade de comercialização estão colocadas na seqüência imediata do acostamento, com risco aos detentores desse comércio e aos usuários da pista. Também nessas proximidades, estão concentrados os grandes volumes de lixo, aparentemente residencial.

Ao longo da Estrada-Parque estão, também, restaurantes implantados há vários anos, dentre os quais o “Restaurante Joca”. Atrás do estabelecimento pode se verificar o maciço da Serra do Guararu, área de importância ambiental. Porém, o estabelecimento ainda aplica práticas que foram constadas no dia da vistoria de campo, que podem colocar em risco a vegetação nativa, como, por exemplo, a de incinerar restos de folhas e galhos ao lado do muro do restaurante, intervenção essa que poderia ser elaborada em local confinado ou utilizando outro tipo de técnica.

Ainda no citado espaço, existe um banner do programa de conservação que poderia receber manutenção, facilitando a visualização e as informações de interesse aos usuários da Estrada-Parque.

Na altura do Km 14, se observa a existência de dois estabelecimentos comerciais que servem refeição e bebidas, ficando um no lado da pista onde se inicia a Serra, denominado “Bar da Bica”, e outro, de frente a ele, frontal ao Canal da Bertioiga, denominado “Restaurante da Bica”. De ambos partem tubulações utilizadas normalmente para descarga de esgoto e que estão voltadas diretamente para o manguezal. Na diligência de campo não foi possível confirmar se o esgoto desses estabelecimentos está sendo lançado em natura, diretamente no mangue do Canal da Bertioiga, ou se recebem algum tipo de tratamento prévio.

No ponto de travessia de balsas para a Cidade de Bertioga se constata a presença do Portal e a armação do banner informativo. Porém, da mesma forma como o outro portal, o banner foi retirado e demonstra-se a necessidade de uma manutenção desses instrumentos.

Nesse local também se encontra o acesso à Prainha Branca, através de uma passarela, precedida de um pórtico de entrada, onde existem placas, conclamando ao respeito da natureza e da comunidade local, e com as logomarcas da Fundação SOS Mata Atlântica, da Sociedade Amigos da Praia do Iporanga e Sociedade Amigos da Prainha Branca.

Configura-se a existência, ao longo da Estrada, de lixeiras referentes ao projeto de conservação. No entanto, elas não se encontram em local afastado do acostamento. Apresentam-se outras lixeiras fora desse padrão, em estado de conservação bastante precário, algumas delas com grande quantidade de resíduos sólidos em seu entorno, afetando de maneira negativa a Estrada-Parque, além de ser vetor de doenças que podem ser disseminadas.

Constata-se, também, que existem placas indicativas de eventuais empreendimentos fronteiriços ao Canal de Bertioga, que possivelmente estão em fase de projeto ou de licenciamento, e, da mesma forma, marinas e garagens náuticas de aluguel de barco, dentre as quais estão retratadas a “Marina Porto do Sol”, as garagens náuticas “Vindumar”, “Hilda”, “Brisa Mar”, “Dom João”, “Chinem”, “Marina Tropical” e “Marina Pier 15”.

Ainda, se configurou a existência de propriedades em que se constata apenas o portão de entrada, não se tendo a avaliação do grau de ocupação da parte interna, e outras residências ao longo da Rodovia e estabelecimentos de menor porte, como o denominado “Recanto da Tia”.

Existe, também, um local de reforma e conserto de embarcações, e ao seu lado edificações abandonadas, onde presumivelmente no passado operava um pequeno restaurante.

Encontra-se implantado ao longo da Estrada-Parque, e dentro do espaço geográfico do Sítio São Pedro, uma Central de Reciclagem de Lixo do Programa de Conservação da Serra do Guararu, com informações em sua entrada, da central e do tratamento de lixo.

Verificou-se que até mesmo ao lado de pontos de ônibus, construídos dentro do Projeto de Conservação, há local junto ao acostamento, onde é deixada embarcação de porte, que além de colocar em risco a circulação, também afeta o paisagismo da Estrada-Parque.

Outras situações, que alteram visualmente a Estrada-Parque, se configuram em construções, cuja conservação é inadequada, tanto de residências em área de risco, como estabelecimentos comerciais, a exemplo do “Restaurante do Gordo”.

Ainda, se constata banner referente ao Projeto de Conservação ao lado do “Restaurante Dalmo”. Entretanto, se nota a colocação de equipamento de venda de sorvetes, provavelmente inserido posteriormente, mas que encobre parcialmente o banner.

Na Estrada ainda está instalado o Centro de Capacitação da ADELG e, em seguida, um estabelecimento de venda de comida e bebida defronte a uma loja de venda de materiais de construção, fronteiriças à rodovia e em área tombada, se caracterizando como um vetor de facilitação de venda de material para construções ao longo da Estrada-Parque.

Comenta-se, finalmente, sobre uma fotografia que chamou bastante a atenção, dentro dessa região, com um contexto de proteção socioambiental tão significativo. Retratam-se crianças que estão manuseando lixo das caçambas padronizadas, no acostamento da Rodovia, sem qualquer proteção à sua saúde ou integridade, provavelmente buscando algum tipo de objeto de valor a ser utilizado. Fica muito claro que um projeto de conservação ou mesmo de implantação de uma Estrada-Parque, tem, nesse tipo de cena, um indicativo da necessidade de medidas preventivas e corretivas, para que não ocorram mais da forma que se verificam atualmente.

Nessa vertente, que inicia a partir do Km 8 da Rodovia Guarujá-Bertioga, ocorrem ocupações no limite do início da Serra do Guararu e ao final da Praia do Perequê, com estabelecimentos comerciais variados e também canais de drenagem com bastante desorganização, presença de lixo e esgoto lançado nesses corpos d’água.



Fotografia 01: Lateral direita da Rodovia Guarujá-Bertioga nas proximidades do km 8,

apresentando ao fundo a Serra do Guararu, várias construções e depósito de restos de construção, próximo a vala de drenagem.



Fotografia 02: Construções na comunidade do Perequê, com a Serra do Guararu ao fundo. Comércio de materiais de construção indica a existência de demanda para novas ocupações.



Fotografia 03: Valetas de drenagem, indicando lançamento de esgoto doméstico e grande quantidade de lixo



Fotografia 04: Lixo depositado nas valetas de drenagem, onde além dos efeitos da poluição provoca entupimentos em períodos de chuvas, com alagamentos que se transformam em vetores de doença à população. Essa água, de alguma forma, é carregada para o entorno da Serra do Guararu, quer na vertente do Canal da Bertioga, quer na vertente das praias.



Fotografia 05: Aspectos da poluição da água, do solo e visual



Fotografia 06: Moradia na lateral direita da Rodovia Guarujá-Bertioga. A existência de materiais de construção indica pressão de ocupação.



Fotografia 07: Idem à foto anterior, demonstrando com maior clareza o grau de afetação da paisagem local.



Fotografia 08: Aspectos do início da Serra do Guararu no km 8, tendo no segundo plano, recipiente de lixo ao longo do acostamento e, ao fundo, plantas ornamentais exóticas ao Bioma Mata Atlântica.



Fotografia 10: Valeta de drenagem com água poluída, loja de material de construção e maciço da Serra do Guararu ao fundo.



Fotografia 11: Acesso a uma moradia em área com declividade, ao longo da rodovia.



Fotografia 12: Moradia no meio da mata que utiliza o acesso retratado na foto anterior.



Fotografia 13: Moradia com roupas estendidas, ao lado do acostamento da rodovia, onde além dos aspectos de impacto à paisagem, configura risco aos usuários da estrada e às pessoas que circulam no local.



Fotografia 14: Idem à foto anterior, com maior grau de detalhamento.



Fotografia 15: Roupas estendidas e oferta de serviços de borracharia ao longo do acostamento.



Fotografia 16: Vista do Portal indicador do início da Estrada-Parque e depósito de lixo ao longo do acostamento.



Fotografia 17: Idem à foto anterior com maior grau de detalhamento.



Fotografia 18: Entorno do portal da Estrada-Parque e lixo ao redor.



Fotografia 19: Aspectos do símbolo da Estrada-Parque.



Fotografia 20: Portal de entrada da Estrada-Parque sem o banner indicativo. Em seu lugar foi pregado cartaz de propaganda, anunciando colocação e conserto de calhas.



Fotografia 21: Portal da Estrada-Parque visto por outro ângulo, com lixo em seu entorno.



Fotografia 22: Corte de vegetação nativa ao longo do acostamento da Estrada-Parque, na serra do Guararu.



Fotografia 23: Idem à foto anterior, com o corte de outro espécime nativo.



Fotografia 24: Vista geral de área ao longo da Estrada-Parque, onde foi efetuado o corte de vegetação nativa.



Fotografia 25: Comércio de plantas exóticas e terra, ao longo da Estrada-Parque.



Fotografia 26: Objetos e materiais expostos ao longo da Estrada-Parque, alterando negativamente a paisagem local.



Fotografia 27: Degradação ambiental, com o corte do morro e movimentação de terra na Estrada-Parque.



Fotografia 28: Deposição de grandes quantidades de lixo na Estrada-Parque e vista do maciço da Serra do Guararu ao fundo.



Fotografia 29: Moradia ao longo da Estrada-Parque, com material de construção para ser utilizado em atividade de edificação ou reforma.



Fotografia 30: Vista da entrada do empreendimento Marina Guarujá.



Fotografia 31: Idem à foto anterior.



Fotografia 32: Vista da Estrada-Parque, defronte ao Restaurante “Joca”, tendo ao fundo o Canal da Bertioga e o maciço do Parque Estadual da Serra do Mar.



Fotografia 33: Vista do Restaurante “Joca”, à margem direita da Estrada-Parque, com deposição de material vegetal e incineração.



Fotografia 34: Idem à foto anterior, em detalhes do uso de fogo para incinerar material vegetal, com risco de propagação para a Serra do Guararu.



Fotografia 35: Vista do restaurante, tendo ao fundo a Serra do Guararu.



Fotografia 36: No mesmo local, do lado oposto, portal indicativo do projeto de conservação da Serra do Guararu.



Fotografia 39: Estabelecimento comercial “Bar da Bica” que possui residências em seu entorno.



Fotografia 40: Vista do “Bar da Bica” à direita, com residências no prolongamento do acostamento e, defronte, à esquerda, outro estabelecimento comercial, denominado “Restaurante da Bica”.



Fotografia 41: Vista lateral do “Restaurante da Bica”, onde podem ser verificados canos, aparentemente de esgoto, lançando diretamente no manguezal.



Fotografia 42: Portal da Estrada-Parque da Serra do Guararu, na travessia de balsas de Guarujá para Bertioga.



Fotografia 43: Local de fixação de banner indicativo do projeto de conservação da Serra do Guararu.



Fotografia 44: Vista geral da saída da balsa, tendo a Serra do Guararu ao fundo.



Fotografia 45: Pórtico de entrada do acesso à Prainha Branca.



Fotografia 46: Passarela de acesso à Prainha Branca.



Fotografia 47: Placas indicativas da Prainha Branca.



Fotografia 48: Aspecto de lixeiras ao longo da Estrada-Parque, junto ao acostamento.



Fotografia 49: Marina "Porto do Sol".



Fotografia 50: Local passível de implantação de futuro empreendimento na Estrada-Parque, fronteira ao canal de Bertiooga.



Fotografia 51: Empreendimentos e marinas do lado esquerdo e direito da Estrada-Parque.



Fotografia 52: Vista da Estrada-Parque com a Serra do Guararu, ao fundo e muro da garagem náutica "Vindumar", na lateral esquerda.



Fotografia 53: Propriedade ao longo da Estrada-Parque, no lado do canal da Bertioga. Não houve possibilidade de avaliar o grau de ocupação da parte interna.



Fotografia 54: Residência ao longo da Estrada-Parque.



Fotografia 55: Vista da Estrada-Parque, tendo, à esquerda, o estabelecimento comercial “Recanto da Tia” e à direita, garagem de aluguel de barcos “Hilda”.



Fotografia 56: Detalhes da foto citada acima.



Fotografia 57: Detalhes da garagem de aluguel de barcos citada acima, defronte o Canal da Bertioiga.



Fotografia 58: Garagens de aluguel de barco ao longo da Estrada-Parque, “Dom João” e “Brisamar”.



Fotografia 59: Aspectos de recipientes de lixo ao longo da Estrada-Parque.



Fotografia 60: Acesso ao empreendimento Taguaiba ao longo da Estrada-Parque



Fotografia 61: No mesmo local, indicativos do projeto de conservação da serra do Guararu



Fotografia 62: Garagem náutica de aluguel de barcos "Chinen".



Fotografia 63: Vista de ponto de ônibus construído no mesmo estilo dos portais da Estrada-Parque.



Fotografia 64: Vista da entrada do empreendimento Iporanga.



Fotografia 65: Idem à fotografia anterior, com aspectos do banner indicativo do projeto de conservação da Serra do Guararu.



Fotografia 66: Vista de construções abandonadas (antigo estabelecimento comercial), defronte ao Canal da Bertioga.



Fotografia 67: Garagem de conserto de embarcações ao lado da construção descrita na foto anterior.



Fotografia 68: Central de reciclagem de lixo ao longo da Estrada-Parque, implantada em propriedade do Sítio São Pedro.



Fotografia 69: Detalhes de informação da central de reciclagem.



Fotografia 70: Folder informativo dos processos de reciclagem.



Fotografia 71: Entrada do empreendimento Sítio São Pedro.



Fotografia 72: Banner indicativo do projeto de conservação da Serra do Guararu.



Fotografia 73: Ponto de ônibus construído no estilo dos portais da Serra do Guararu, tendo em sua lateral espaço utilizado como estacionamento de barco na Estrada-Parque.



Fotografia 74: Construção ao longo da Estrada-Parque.



Fotografia 75: Aspectos da Estrada-Parque, tendo à direita a “Marina Tropical” e à esquerda o “Restaurante Gordo”.



Fotografia 76: Restaurante “Gordo”, tendo ao fundo a Serra do Guararu.



Fotografia 77: Construção de moradia ao longo da Estrada-Parque, ocupando a encosta de morro, na área objeto de tombamento.



Fotografia 78: Marina defronte ao Canal da Bertioga ao longo da Estrada-Parque.



Fotografia 79: Lixeira ao longo da Estrada-Parque, demonstrando o impacto à paisagem e à própria poluição por resíduos sólidos.



Fotografia 80: Ocupação em área com declividade na Serra do Guararu, ao longo da Estrada-Parque.



Fotografia 81: Proximidades da entrada do Sítio São Pedro ao longo da Estrada-Parque. Verifica-se ao fundo a existência de duas lixeiras, melhor retratadas na foto abaixo.



Fotografia 82: Essa foto foi tirada de longa distância, para não constranger. Retrata caçambas de lixo ao longo da Estrada-Parque da Serra do Guararu, com crianças manuseando diretamente o lixo em busca de objetos com algum tipo de interesse. Demonstra-se o grau de risco à saúde das mesmas, além da cena visualmente chocante para uma área socioambientalmente protegida.



Fotografia 83: Entrada do empreendimento Tijucopava.



Fotografia 84: Vista da Estrada-Parque, tendo à esquerda a marina "Pier XV", que fica defronte ao canal de Bertioga e à direita, vegetação da Serra do Guararu.



Fotografia 85: Banner do projeto de conservação da Serra do Guararu encoberto por equipamento de venda de sorvetes do restaurante “Dalmo”.



Fotografia 86: Restaurante “Dalmo”, e ao fundo a Serra do Guararu.



Fotografia 87: Aspectos da Estrada-Parque com a Serra do Guararu ao fundo e à direita a placa de indicação do centro de capacitação da Adalg.



Fotografia 88: Estabelecimento comercial fronteiro ao acostamento da Estrada-Parque, do lado do canal de Bertioiga.



Fotografia 89: Estabelecimento comercial defronte à Estrada-Parque, com venda de materiais de construção em região objeto de tombamento.



Fotografia 90: Moradias ao longo da Estrada-Parque, na encosta de morro, na Serra do Guararu, e materiais de construção ao lado do acostamento, indicando reforma ou possibilidade de nova edificação em área tombada.



Fotografia 91: Residência de frente à Estrada-Parque e as alterações de estética e paisagem, tendo ao fundo a Serra do Guararu.

8.1.2 Vertente do Oceano Atlântico

8.1.2.1 Análise do acervo fotográfico

Na face da Serra do Guararu, voltada para o Oceano Atlântico, encontram-se, basicamente, 4 (quatro) empreendimentos imobiliários e a Comunidade da Prainha Branca.

Os empreendimentos possuem, atualmente, uma estrutura muito parecida, no que concerne à existência de associação de amigos dos proprietários, que permite organizar essas entidades no que tange à circulação, segurança, cuidados ambientais, práticas proibidas e permitidas, além da estrutura administrativa e financeira necessária para execução dessas atividades.

Toma-se, como um dos exemplos, a Sociedade Amigos do Iporanga, que tem, em sua estrutura, as seguintes condições:

Empreendimento Iporanga:

Início da implantação: Decreto Municipal 3.105 de 06/01/83, alterado pelo Decreto Municipal 4313 de 05/10/89, reajustado pelo TAC em 31/07/97.

Número de moradias construídas: 359 lotes edificadas

Número de moradias em construção: 13 lotes em construção

Lotes passíveis de ocupação: estimados 80 lotes

Estimativa de circulação de veículos mensal: 11.778 veículos

Existência de segurança interna e controle ambiental:

Existência de captação de água: Sim (A DAEE outorga concessão à SASIP para captação, barramento e uso da água, sendo 60% do Iporanga abastecido pela ETA 2 e 40% pela ETA 1)
1.

Existência de tratamento de esgoto: Sim

Existência de destinação de resíduos sólidos: Sim

Existência de associação de administração: SASIP

Os empreendimentos Sítio São Pedro, Tijucupava, Itaguaíba apresentam os mesmos moldes em suas estruturas, sendo algumas delas já implantadas e outras em fase de implantação, porém, todos com o controle interno de segurança e portaria, de circulação interna, registros de moradores e visitantes, bem como, cuidados ambientais consolidados ou em fase de consolidação, tendo em vista que o acervo ambiental da região é um dos principais motivos da frequência de pessoas.

Como se verifica no acervo fotográfico, os empreendimentos estão inseridos em importante região com cobertura de Mata Atlântica e em uma área objeto de tombamento, especialmente pelos valores ambientais existentes.

Pode-se verificar, portanto, o controle de acesso de veículos às praias, informações sobre as atividades que podem ser realizadas, e também recipientes para coleta de lixo seletiva.

Constata-se, também, em algumas situações, a existência de cartazes educativos de ecossistemas de importância, como, por exemplo, o manguezal, além de flagrante de animal silvestre na praia em busca de alimento.

De outro lado, se retrata a existência de locais bastante preservados em zonas de transição de mangue para Mata Atlântica, sob a influência de regime de marés, a pouca distância de residências que foram construídas nesse mesmo cenário e em áreas com elevação.

Ainda, se configurou a existência de atividades de reflorestamento e placas indicativas sobre a área de preservação, alertando que a presença de animais domésticos pode trazer desequilíbrios, entretanto, também se retratou a continuidade de algumas construções com o indicativo de que estão sendo levadas a efeito, sob a autorização do Poder Público.

Inclui-se nesse contexto, para efeito de metodologia, a marina Guarujá, tendo em vista que, apesar de receber a designação de marina, a área do empreendimento não se reveste de uma instalação náutica com objetivos comerciais de estacionamento ou locação de embarcações.

Trata-se de empreendimento residencial, concebido para que as casas tenham acesso, por canais naturais e artificiais ao estuário, mais propriamente ao Canal de Bertioga.

Inseri-se no entorno do maciço e apresenta declividades suaves, porém, abrange um manguezal, aparentemente, em condições muito boas no que concerne à sua proteção, como será demonstrado no acervo fotográfico subsequente.



Fotografia 92: Indicativo de segurança local e controle do acesso de veículos no interior de empreendimentos na face atlântica da Serra do Guararu.



Fotografia 93: Placa informativa de atividades ordenadas dentro de empreendimento Iporanga.



Fotografia 94: Coleta eletiva de lixo, implantada ou em fase de implantação, nos empreendimentos.



Fotografia 95: Placa informativa de ecossistema existente em empreendimento, no caso, retrata situação de manguezal.



Fotografia 96: Flagrante de animal silvestre na praia do Iporanga, demonstrando o grau de acomodação desse tipo de animal na região.



Fotografia 97: Aspectos da vegetação de transição do manguezal para a Mata Atlântica, tendo ao fundo construções em áreas com elevação.



Fotografia 98: Aspectos do manguezal sob regime de marés, com vegetação da Mata Atlântica à esquerda e muros com passarela do lado direito.



Fotografia 99: Placas indicativas de locais onde se processa o enriquecimento de vegetação nativa.



Fotografia 100: Construção existente dentro de um dos empreendimentos, fato que se verifica nos demais da região.



Fotografia 101: Placa de sinalização, indicando tratar-se de área preservada, e ações que podem redundar em desequilíbrios regionais.



Fotografia 102: Aspectos da vegetação e estágio sucessional na marina Guarujá.



Fotografia 103: Aspectos da vegetação em área com elevação, tendo abaixo embarcações estacionadas no canal interno.



Fotografia 104: Visualização do canal interno, residências e maciço florestal ao fundo.



Fotografia 105: Muro do limite da propriedade e maciço florestal ao fundo. Entre ambos passa a estrada Guarujá – Bertioga.



Fotografia 106: Outro ponto de visualização de um dos canais internos e o maciço florestal ao fundo.



Fotografia 107: Vista geral do empreendimento residencial marina Guarujá, com a vegetação de entorno.



Fotografia 108: Condição do manguezal na região retratada.

8.2 Ações Cíveis Públicas na Região

O escopo do presente trabalho não está voltado, nesta fase, a relacionar todas as ações cíveis existentes no território da Serra do Guararu. Porém, é de conhecimento que o Ministério Público da Comarca intentou diferentes Ações Cíveis Públicas.

Nelas, não apenas estão arrolados proprietários de imóveis, empreendimentos e eventuais invasores, responsáveis por degradação ambiental, como, também, a Prefeitura Municipal de Guarujá e o próprio Estado, em função do não cumprimento de ações de suas competências, no que concerne ao licenciamento e fiscalização.

Nas Ações Cíveis Públicas, o Ministério Público tem impetrado tal instrumento para salvaguarda do meio ambiente, em função do descumprimento de normas relativas ao Código Florestal, Lei da Mata Atlântica, Resolução de Tombamento da Serra do Guararu, entre outros.

Conforme se demonstrou no acervo fotográfico, se configuram procedimentos contrários à legislação, perpetrados pelos proprietários nos empreendimentos de maior porte, mas também por invasões ao longo da Serra do Guararu, fronteiriças à Rodovia Guarujá-

Bertioga e que, enquanto tais pendências não forem devidamente solucionadas, os seus efeitos ambientais, ao paisagismo e à estética, estarão presentes.

Verifica-se, também, que um grande número de Ações Cíveis Públicas se arrasta por vários anos e que, enquanto não solucionadas através das sentenças transitadas em julgado, deixam em pendência os procedimentos de correção ou de apenamento aos responsáveis por danos ambientais, o que de certa forma pode estimular outras atividades irregulares.

8.3 Comunidade do Perequê: histórico e as pressões sobre a Serra do Guararu

A Praia do Perequê está localizada no bairro do Perequê, Município de Guarujá, Estado de São Paulo, e tem 2.200 (dois mil e duzentos) metros de comprimento.

Chega-se a Praia do Perequê pela Rodovia Ariovaldo de Almeida Viana (SP-61), conhecida como Estrada Guarujá-Bertioga.

A Praia e Sítio do Perequê, em meados do século XIX, era, talvez, a maior e mais famosa propriedade agrícola de toda ilha, chegando até o rio da Bertioga. Pertencia então a Valencio Augusto Teixeira Leomil, que, entre outros negócios, dedicava-se ao tráfico de escravos, chegando a ser processado, condenado e a fugir do Brasil por alguns anos, para a prescrição da sentença.

Valencio Teixeira Leomil ficou ligado à história do Guarujá moderno pelo seu tino comercial. Em 1890, possuidor de extensa área localizada entre a praia do Perequê e o Canal de Bertioga, Leomil solicitou à Câmara de Santos direitos de uso sobre largas áreas da ilha e concessão por linha férrea por 70 (setenta) anos, a ser construída entre o estuário de Santos e sua propriedade.

Obtida a concessão, poucos meses depois já a venderia à Companhia Balneária da Ilha de Santo Amaro, da qual seria Diretor Fiscal nos próximos tempos. Aí, já em nome dessa Companhia, ele obteria duas grandes áreas de marinha, no estuário de Santos (entre os rios "do Meio" e "Santo Amaro") e, ao fim da "Praia do Guarujá", para utilização e instalações da nova empresa.²

As terras do Perequê também pertenceram ao casal Bidu Saião e Walter Moque, onde o empresário montou um píer para barcos, e construiu uma salina, que veio a fracassar devido a baixa concentração de cloreto de sódio na água do local.³

A abertura da estrada de rodagem Guarujá-Bertioga favoreceu a expansão turística. A estrada iniciou-se, dobrando à esquerda na velha fazendinha do Perequê, atingindo o rio Bertioga e seguindo pela costa de dentro, através dos sítios de projeção no passado (Cachoeira, Ribeira, Jabaquara, Cortume, Ponte Grossa, São Pedro, Buracão, Pedrinha, J. Ferreira, Ponta Grossa, Laranjeiras e outros), até frontear a velha Bertioga, onde, desde então, passou a funcionar a balsa de travessia (ou Ferry-Boat).

O início da ocupação na Praia do Perequê se deu em 1960, junto ao Rio Perequê, e somente em 1988 foi ocupado o outro lado da Avenida Bidu Sayão, o Perequê.

Atualmente, o bairro do Perequê é uma região costeira do município do Guarujá, que possui grande diversidade de atores sociais, causando alguns conflitos durante a história. Entre esses atores estão: moradores tradicionais (pescadores), pessoas envolvidas com serviços e turismo, órgãos públicos, comerciantes e turistas.

De acordo com os dados constantes da AGEM – Agência Metropolitana da Baixada Santista, de acordo com a vistoria realizada em 30/09/2005, o bairro, que ocupa uma área de 77,57 ha, possui 1.500 (mil e quinhentas) habitações. O tipo de construção predominante na Praia do Perequê é madeira/barracos e no restante do Perequê é alvenaria.

No local há ocupações em áreas públicas e particulares, e tem como principal desconformidade a ocupação em Áreas de Preservação Permanente.

Existe rede de água, energia elétrica, iluminação pública, telefone, transporte público e coleta de lixo. Não há pavimentação das ruas e o esgoto é lançado em valas descobertas. No bairro há creche, escolas, posto de saúde, posto policial e associação de moradores.⁴

8.4 Poluição por resíduos sólidos

Como já declinado, os acessos à Serra do Guararu são relativamente restritos. Porém, existe a ocupação de moradores, e também veranistas, que produzem lixo das mais variadas

formas, principalmente a partir das comunidades estabelecidas no Perequê, fato sobejamente demonstrado no acervo fotográfico.

Durante o Programa de Gestão Ambiental da Serra do Guararu - Projeto Guararu, coordenado pela Fundação SOS Mata Atlântica com apoio da Sociedade Amigos do Iporanga - SASIP, alguns passos importantes foram dados, como, por exemplo, a atividade “Jogue Limpo com o Guararu”, que trabalhou a coleta de materiais recicláveis com geração de renda.

Outro marco significativo, para ordenamento da destinação do lixo, foi a Criação do Centro de Reciclagem, que vem desenvolvendo suas atividades de destinação de resíduos sólidos.

Em que pese tal situação, demonstra-se, sem qualquer sombra de dúvida, que há necessidade de um programa específico para execução de um projeto de conservação e segurança ambiental, para tratar da questão do lixo, lançado ao longo da rodovia, tanto por moradores, quanto por usuários da estrada.

A pretensão de efetivar a Estrada-Parque, no sentido de museu natural a céu aberto, tem que dedicar especial atenção a essa prática costumeira, que não se coaduna com os objetivos ambientais e turísticos desse traçado.

Dados obtidos, junto a responsáveis por mutirões de limpeza ao longo da Estrada-Parque na Serra do Guararu, informaram que, ao término de tais ações, são contabilizadas quantidades superiores a 4 (quatro) toneladas de resíduos sólidos das mais diversas formas.

Torna-se evidente que não apenas um trabalho educacional precisa ser aplicado nessa situação, mas, também, um trabalho repressivo, e até mesmo punitivo, para que haja o efeito didático na intervenção e se minimize esse tipo de degradação aos padrões minimamente aceitáveis para uma Estrada-Parque.

8.5 Poluição das águas na Serra do Guararu e seu entorno

Segundo os critérios estabelecidos na Resolução Conama nº 274/00, em vigência desde janeiro de 2001, as praias são classificadas em quatro categorias diferenciadas: Excelente, Muito Boa, Satisfatória e Imprópria, de acordo com as densidades de bactérias fecais resultantes de análises feitas em cinco semanas consecutivas, sendo que as categorias Excelente, Muito Boa e Satisfatória podem ser agrupadas numa única classificação, denominada Própria.

De acordo com o último Relatório de Qualidade das Águas Litorâneas no Estado de São Paulo, emitido em 2008 pela CETESB,⁵ a Praia do Perequê apresentou, durante o ano de 2008, os seguintes índices:

EXCELENTE 0%

MUITO BOA 0%

SATISFATÓRIA 8%

IMPRÓPRIA 92%

QUALIFICAÇÃO ANUAL: PÉSSIMA

Conforme consta no último Relatório de Qualidade das Águas Litorâneas no Estado de São Paulo, emitido em 2008 pela CETESB, a Praia do Perequê apresentou durante o ano de 2008 os seguintes valores de coliformes termotolerantes (NMP/100mL), obtidos nas duas amostragens efetuadas:

LOCAL	AMOSTRAGEM 1	AMOSTRAGEM 2
S/N - 200m DO EXTREMO NORTE - JUNTO AO CAMPING	20.000	6.400
S/N - FRENTE N. 1277 - MEIO DA PRAIA	15.000	5.500
RIO PEREQUÊ	4.200	1.020

O citado Relatório informa que a coleta de esgoto no município de Guarujá é de 51%, e que o ICTEM (Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município) do município é muito baixo (1,0), demonstrando a extrema carência, na questão do saneamento básico.

Os índices apresentados no Relatório da CETESB demonstram claramente que, como já foi observado, ainda que ocorra o tratamento de águas em alguns empreendimentos na Serra, o mesmo não ocorre com a Praia do Perequê, onde o esgoto é lançado ao mar em natura, através dos rios do Peixe e Perequê, carreando material a mar aberto, que pode ser conduzido às praias da vertente do Atlântico da Serra do Guararu.

Cabe salientar que a contaminação de águas também é possível de ocorrer na vertente do Canal da Bertiooga, tanto por material que circule pelo próprio Canal da Bertiooga, advindo da

região portuária de Santos, quanto dos empreendimentos estabelecidos ao longo do Canal, como, por exemplo, as marinas, estaleiros, embarcações e restaurantes.

8.6 Prolongamento da Avenida Dom Pedro I: riscos potenciais à Serra do Guararu

O desenvolvimento balneário e turístico do Município de Guarujá, como já se demonstrou no histórico da cidade, ocorreu a partir da Praia das Pitangueiras, estendendo-se longitudinalmente às praias vizinhas, dentre as quais a da Enseada, do Pernambuco, do Perequê e das demais, que se encontram na Serra do Guararu.

Como se verificou, na Baixada Santista e também no território brasileiro de forma geral, as cidades litorâneas não receberam um tratamento adequado no seu planejamento urbanístico.

Os efeitos dessa ausência são sentidos nas vias de circulação inadequadas, no parcelamento do solo confuso. Isso gera, para as regiões afetadas por alta incidência de ocupação sazonal, grandes transtornos e mesmo situações de risco social, pela impossibilidade de acesso aos serviços públicos, inclusive os de emergência, nas ocasiões de pico de demanda.

Tal questão fica muito bem caracterizada pelos acessos existentes da região da Enseada para a Praia de Pernambuco e demais, tendo em vista a inexistência de um traçado de acesso pronto, no prolongamento da Avenida Dom Pedro I, que possui condições satisfatórias de circulação.

Moradores e usuários dessas regiões clamam, ao longo dos anos, por uma ligação rodoviária compatível a essa demanda, fato que tem levado o Poder Público Municipal a várias tentativas, para efetivar o prolongamento da Avenida Dom Pedro I até a Praia do Pernambuco, ou suas proximidades.

Essa é uma discussão das mais antigas e nevrálgicas para o desenvolvimento daquela parte da cidade, que seria uma facilitadora, também, para se alcançar toda a região da Serra do Guararu.

Os vários projetos apresentados ao longo do tempo têm esbarrado em questões técnicas, políticas e, também, ambientais, tendo em vista que não se apresentam, até o momento, claras garantias de que no entorno do prolongamento da Avenida Dom Pedro I não vá ocorrer uma maciça ocupação ilegal e clandestina. Esse procedimento poderia causar irreparáveis danos ambientais além de aumentar as ocupações de risco, exacerbando

complexos desarranjos sociais, além de problemas de segurança pública mais graves do que aqueles que a cidade já enfrenta atualmente.

Os estudos sobre o prolongamento da Avenida Dom Pedro I esbarram em situações técnicas de grande complexidade, porque seja qual for o seu traçado, envolverá supressão de Mata Atlântica e atravessará propriedades particulares, que pode desaguar em grandes indenizações, decorrentes das desapropriações, entre outras questões.

Referida obra que ainda se encontra em fase de estudos e possui um forte acompanhamento do Ministério Público, não deixa de ser uma obra que, com a evolução natural da cidade, se tornará, ao longo do tempo, de muita necessidade.

Segundo o que se conseguiu apurar, existem alguns projetos de prolongamento em estudo, com os seguintes traçados:

- Prolongamento da Av. Dom Pedro I, da Av. Atlântica, no Balneário Cidade Atlântica, até a Av. Rio Solimões, no Balneário Praia do Perequê, com 6,24 km de extensão.

- Prolongamento da Av. Dom Pedro a partir da Cidade Atlântica até a Rodovia Ariovaldo de Almeida Viana – SP 61 (Jardim Tom), passando pelo lado oeste do Jardim Acapulco. Essa seria a solução tanto para o desvio do fluxo bidirecional de veículos entre a área central e as praias da zona norte do Guarujá, como para exercer a função de rota alternativa de acesso às Praias do Pernambuco e do Perequê.

- Prolongamento da Av. Dom Pedro I até a Rodovia Ariovaldo de Almeida Viana, passando atrás do Jardim Acapulco. Essa alternativa envolveria desapropriações mais dispendiosas em função de seu traçado.

Observados todos os licenciamentos da esfera municipal, estadual e federal, poderá vir a ser implantada atendendo a demanda existente, sem, porém, ter a capacidade de conter novas demandas que serão geradas, particularmente as de novas ocupações e de aumento de volume na circulação de pessoas e veículos, pela facilidade de acesso que será criada.

Esse é um vetor de grande preocupação para um projeto de segurança de meio ambiente e de conservação da Serra do Guararu e que torna imperativo adotar medidas antecipadas de controle de pessoas e veículos, para que a região mantenha os seus atributos e, ao mesmo tempo, permita a visitação, o lazer e os esportes sob bases sustentáveis, no que se refere às agressões que possam ocorrer à fauna, à flora, à estética e à paisagem regional.